

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.013 - SP (2019/0013015-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : THALITA AGOSTINHO SOARES
ADVOGADO : ANDRÉ FERREIRA LISBOA - SP118529
AGRAVADO : CAMARGO CORREA - RODOBENS EMPREENDIMENTO
IMOBILIARIO SPE LTDA
ADVOGADO : JOSÉ WALTER FERREIRA JUNIOR - SP152165

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por THALITA AGOSTINHO SOARES, em face de decisão que não admitiu o recurso especial.

O apelo extremo (art. 105, inc. III, "a", da CF/88), a seu turno, fora deduzido em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 632, e-STJ):

APELAÇÃO. Ação indenizatória.

Financiamento bancário. Atraso na entrega da unidade imobiliária. Sentença de improcedência. Inconformismo. Alegação de culpa atribuível à ré, que não atualizou a documentação. Descabimento. Eventual atraso na conclusão do financiamento com a instituição bancária não pode ser imputado à ré. Responsabilidade atribuível à autora. Recurso a que se nega provimento.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (fls. 638/342, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 644/649, e-STJ), apontou a insurgente ofensa ao artigo 1.022, II do CPC/1973 e 402 do CC; sustentando, em síntese, existência de omissão no acórdão recorrido porquanto não foi "*julgada a afirmação de que a recorrida não atualizou a documentação relativa à sua pasta-mãe no 1º Registro de Imóveis de Osasco/SP. e não havia como o agente financeiro vincular o financiamento ao imóvel objeto do mútuo em razão da ausência dessa atualização*" e assim sendo "*a recorrida causou o atraso no financiamento*".

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso, sob os fundamentos de ausência de omissão no acórdão recorrido e incidência da Súmula 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 656/659, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Com efeito, não há que se falar em ausência de fundamentação do acórdão recorrido, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem.

Aduz a ora agravante a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que não foi "*julgada a afirmação de que a recorrida não atualizou a documentação relativa à sua pasta-mãe no 1º Registro de Imóveis de Osasco/SP. e não havia como o agente financeiro vincular o financiamento ao imóvel objeto do mútuo em razão da ausência dessa atualização*" e assim sendo "*a recorrida causou o atraso no financiamento*".

Contudo, da leitura dos autos, constata-se que a referida questão, relativa à

demora na obtenção do financiamento, foi expressamente examinada pelas instâncias ordinárias, consoante se denota dos seguintes excertos da sentença e do acórdão recorrido:

Analisando os autos, verifica-se que a autora não trouxe nenhum documento comprovando que o atraso na entrega do imóvel se deu por culpa exclusiva da ré.

A conclusão das obras ocorreu dentro do prazo estipulado, com alguns dias de atraso apenas.

Ademais, verifica-se que autora somente conseguiu o financiamento bancário em 20 de setembro de 2013 e não há provas robustas e contundentes de que a requerida tenha dado causa à demora na sua obtenção.

Ressalto, ainda, que nos termos da cláusula 6.4 do contrato celebrado entre as partes, a obtenção do financiamento corria por conta e risco da autora. Assim, ficou nítido que a demora da imissão da autora na posse do imóvel se deu em razão do atraso na obtenção do financiamento bancário, não existindo prova de culpa por parte da requerida.

Consequentemente, não comprovada a mora por parte da ré, impõe-se reconhecer a improcedência da ação.

Cediço que a unidade adquirida pela autora somente ficaria efetivamente disponível para recebimento das chaves e imissão na posse após quitação de eventual saldo devedor em favor da ré, mas para o financiamento do saldo devedor seria necessária a regularização da documentação (cláusula 614), o que ocorreu somente em 20 de setembro de 2013.

A responsabilidade por essa demora, em particular, é atribuível à autora, consoante previu a r. sentença.

Ora, a ré não pode ser responsabilizada por atraso no contrato firmado entre a autora e a instituição financeira, assim, não se justifica qualquer penalidade à ré por mora ocorrida nesse período.

Todavia, os Embargos de Declaração não servem para prequestionar matéria já ventilada e decidida,

com o nítido propósito de interpor mais recursos a posteriori, como ocorre no caso vertente.

Ad argumentandum, o recurso ao pretender a rediscussão de questão decidida e a modificação do julgado, adquire caráter nitidamente infringente, merecendo ser rejeitado, vejamos:

[...]

Inobstante a insistência da embargante na prevalência dos argumentos lançados em razões de inconformidade, com intuito de prequestionamento expresso, o acórdão embargado foi proferido de modo a não causar dúvida, pois não acolheu o pedido da apelante, antes manteve a r.

sentença tal qual lançada, razão pela qual rejeito os embargos de declaração.

Dessa forma, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal local, que apreciou todas as questões que lhe foram postas de forma suficiente, embora não tenha acolhido o pedido da insurgente em sede de embargos de declaração.

A propósito, é entendimento pacífico deste Superior Tribunal que o magistrado **não é obrigado a responder a todas as alegações das partes se já tiver**

encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão nem é obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E ESTÉTICO. ART. 535, II, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela alegada violação ao art. 1.022, I e II, do Novo CPC (art. 535, I e II, do CPC/73). Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

[...]

(AgInt no AgInt no AREsp 955.180/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COMINATÓRIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. FALTA DE INTIMAÇÃO PARA ACOMPANHAR VISTORIA. ART. 431-A DO CPC. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. NULIDADE. AUSÊNCIA. DECADÊNCIA. PRAZO. TERMO INICIAL. ART. 618, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.

[...]

(REsp 1296849/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017)

O que se vê, na verdade, no presente caso, é o inconformismo da ora recorrente com o fato de suas teses não terem sido acolhidas pelo órgão julgador.

Desta forma, considerando que as questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e **sem omissões ou contradições**, merece ser afastada a alegada negativa de prestação jurisdicional.

Outrossim, para derruir a afirmação contida no acórdão recorrido de que "a ré não pode ser responsabilizada por atraso no contrato firmado entre a autora e a instituição financeira", seria necessário proceder ao reexame dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula 7 desta Corte.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, **nega-se** provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator

